

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
DOUTORADO

SÔNIA MARIA ARAÚJO FIGUEIREDO ALMEIDA

**CASAS-ABRIGO PARA MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL:  
PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA  
ESFERA FAMILIAR**

PORTO ALEGRE  
2010

SÔNIA MARIA ARAÚJO FIGUEIREDO ALMEIDA

**CASAS-ABRIGO PARA MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL:  
PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA  
ESFERA FAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela Assistente Social Sônia Maria Araújo Figueiredo Almeida como requisito final para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Krieger Grossi

PORTO ALEGRE  
2010

SÔNIA MARIA ARAÚJO FIGUEIREDO ALMEIDA

**CASAS-ABRIGO PARA MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL:  
PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA  
ESFERA FAMILIAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela Assistente Social Sônia Maria Araújo Figueiredo Almeida como requisito final para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Aprovada em 31 de março de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Krieger Grossi – Orientadora – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Leônia Capaverde Bulla – Serviço Social – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marlene Neves Strey – Psicologia - PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Edla Eggert – Educação – UNISINOS

---

## RESUMO

A pesquisa tem como objeto as casas-abrigo à mulher em situação de violência doméstica, na esfera familiar, existentes no estado do Rio Grande do Sul. Entende-se que as casas-abrigo constituem importante aparato institucional de proteção e garantia de direitos da mulher, em especial no âmbito da Lei Maria da Penha. Muito embora a importância das casas-abrigo, elas ainda se apresentam em número insuficiente neste estado, mostrando-se, algumas vezes, invisíveis enquanto fundamentais na garantia e defesa do direito à liberdade e ao respeito à mulher, independente de idade, classe social e raça/etnia. A perpetuidade da violência doméstica atravessa a barreira do tempo, não encontrando ainda suficientes obstáculos para a ruptura, não obstante indignação na sociedade e indicadores de resolução nas ações e programas sociais governamentais e não-governamentais. Assim, a criação de casas-abrigo faz parte do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres, cujo compromisso o governo brasileiro assumiu e constitui uma das metas de enfrentamento da violência contra as mulheres. Para aprofundar essas questões são contempladas teoricamente as seguintes categorias: violências de gênero e violência doméstica na esfera familiar em relação à mulher. Aborda-se, igualmente, movimento feminista e de mulheres, políticas públicas e casas-abrigo. A pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição das casas-abrigo no enfrentamento da violência doméstica à mulher, na esfera familiar, através da identificação: do significado destes equipamentos para as mulheres; da ação dos agentes envolvidos e dos fatores facilitadores e limitadores da contribuição das casas-abrigos no tocante à proteção social das mulheres. A pesquisa envolve oito (8) casas-abrigo, abrangendo o estado do Rio Grande do Sul em seis (6) mesorregiões. Optou-se pela pesquisa qualitativa, norteadas pelo método dialético-crítico, mediado pelas categorias de análise totalidade, historicidade e contradição. A coleta de dados valeu-se de: mapeamento das casas-abrigo identificando características sociodemográficas das mulheres abrigadas; entrevistas semiestruturadas com mulheres, gestoras, funcionárias e equipe técnica, totalizando 41 pessoas. Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo segundo Bardin (1977), adotando a análise temática. A pesquisa evidenciou a contribuição das casas-abrigo no enfrentamento da violência doméstica, na esfera familiar, cuja percepção foi revelada pelas entrevistadas, especialmente as mulheres abrigadas, como local efetivo de proteção, como um refúgio em situações-limite. Mostrou, igualmente, a importância do acolhimento às mulheres, por meio do trabalho técnico interdisciplinar, na perspectiva de rede, muito embora ainda haja limites desafiadores no campo social e jurídico quanto à efetiva ruptura com a violência doméstica. Nestes limites consideram-se a vulnerabilidade das mulheres abrigadas e as realidades locais de trabalho em/na rede social.

Palavras-chave: Casa-abrigo. Violência doméstica. Gênero. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research has as its object the refuges existing in the State of Rio Grande do Sul for women experiencing domestic violence in the family sphere. Refuges are important institutional support to protect and guarantee women's rights, in particular, regarding the Maria da Penha Law. Despite of the importance of refuges, they are still insufficient in this State, showing sometimes to be invisible whereas they are essential to guarantee and protect women's right to freedom and respect, regardless their age, social class and race/ethnicity. The perpetration of domestic violence passes through the time barrier, but it has not found yet sufficient obstacles for its rupture, despite the society indignation and indicators for resolutions of governmental and non-governmental actions and programs. Thus, the creation of refuges is part of the National Plan on Policies for Women, whose commitment was taken by the Brazilian Government and it is one of the goals to combat violence against women. To deepen these matters some categories such as gender violence and domestic violence in the family sphere in relation to women are contemplated on theoretical basis. It is also covered feminist and women movements, public policies and refuges. This research aims to analyze the contribution of refuges for women who face domestic violence, in the family sphere, through the identification of (1) the significance of such places for women; and (2) the action of the workers involved as well as facilitating and limiting factors for the contribution of refuges regarding social protection for women. The research involves eight (8) refuges, covering the State of Rio Grande do Sul in six (6) regions with similar geographic and economic characteristics. Qualitative research was chosen, guided by the dialectical method, mediated by the analysis categories of totality, historicity and contradiction. Data collection was based on mapping refuges identifying socio-demographic characteristics of sheltered women and analyzing semi-structured interviews with women, managers, employees and technical staff, totaling 41 people. For the data analysis it was used the content analysis according to Bardin (1977), adopting thematic analysis. The research highlighted the contribution of refuges in combating domestic violence, whose perception was narrated by the interviewees, especially women sheltered in specific places of protection, as a refuge in borderline situations. It also showed the importance of sheltering women through an interdisciplinary technical work, even though, there are still some challenging limits in the social and legal field regarding an effective stop for domestic violence. In these limits are deemed the vulnerability of sheltered women and local realities of work in the social network.

**Keywords:** Refuge. Domestic Violence. Gender. Public Policies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RELAÇÃO À MULHER NO BRASIL: CONTEXTOS E PROBLEMATIZAÇÕES SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO .....</b>	<b>18</b>
1.1 VIOLÊNCIAS, PODER E GÊNERO: APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS DA TEMÁTICA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ESFERA FAMILIAR .....	19
1.2 A VIOLÊNCIA CONJUGAL: A EXPRESSÃO DO PODER NA RELAÇÃO DE GÊNERO .....	41
<b>2 CASAS-ABRIGO NO CAMPO DAS POLITICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À MULHER .....</b>	<b>48</b>
2.1 O MOVIMENTO FEMINISTA NA CONQUISTA DE DIREITOS .....	60
2.2 A IMPLANTAÇÃO DAS CASAS-ABRIGO: UMA CONQUISTA DAS MULHERES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	69
<b>3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: APROXIMAÇÕES, DELIMITAÇÃO E ETAPAS DA PESQUISA .....</b>	<b>78</b>
3.1 O OBJETO DA PESQUISA E SEUS PRESSUPOSTOS .....	82
3.2 PROBLEMA DE PESQUISA E QUESTÕES NORTEADORAS .....	83
3.3 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	84
<b>3.3.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>84</b>
<b>3.3.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>84</b>
3.4 A ESCOLHA DA PESQUISA QUALITATIVA: A CONTRIBUIÇÃO DO ENFOQUE DIALÉTICO-CRÍTICO .....	84
3.5 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....	89
<b>3.5.1 Procedimentos anteriores à coleta de dados .....</b>	<b>91</b>
<b>3.5.2 Participantes .....</b>	<b>93</b>
<b>3.5.3 Realização das entrevistas e questões éticas .....</b>	<b>98</b>
<b>4 A CONTRIBUIÇÃO DA CASA-ABRIGO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RELAÇÃO ÀS MULHERES .....</b>	<b>101</b>
4.1. PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS EM RELAÇÃO À CASA-ABRIGO .....	105
<b>4.1.1 Casa-abrigo: um lugar seguro de direito das mulheres em situações-</b>	

<b>limite</b> .....	<b>105</b>
<b>4.1.2 Vida sem violência: o caminho da autonomia</b> .....	<b>127</b>
<b>4.2 AÇÃO DOS SUJEITOS NA CASA-ABRIGO</b> .....	<b>134</b>
<b>4.2.1 A contribuição da prática interdisciplinar no empoderamento das mulheres abrigadas</b> .....	<b>134</b>
<b>4.2.2 Acolhimento: um instrumento de integralidade e humanizador</b> .....	<b>136</b>
<b>4.3 LIMITES E POSSIBILIDADES DA CASA-ABRIGO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b> .....	<b>140</b>
<b>4.3.1 A falha na intersetorialidade como indicador de risco</b> .....	<b>140</b>
<b>4.3.2 Vulnerabilidade social das mulheres abrigadas: limite à ruptura com a violência</b> .....	<b>143</b>
<b>4.3.3 A casa-abrigo na trama da rede social: um indicador de proteção</b> .....	<b>151</b>
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>167</b>
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Informado e Esclarecido.....	187
APÊNDICE B – Roteiro-Guia para coleta de dados .....	188
APÊNDICE C - Carta de Autorização da Pesquisa.....	191
ANEXO 1 – Termo de Referência para Projetos de Apoio à Criação de Casas- Abrigo .....	192
ANEXO 2– Carta de Aprovação do Projeto de Pesquisa .....	198

## INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa situa-se no campo da violência doméstica, na esfera familiar, em relação à mulher. A escolha por este objeto, explicitado na presente tese, cuja elaboração cumpre a exigência do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), nível de Doutorado, remete à trajetória profissional e acadêmica da doutoranda. Na dissertação de Mestrado (ALMEIDA, 1999) traçaram-se considerações a respeito do processo de inserção, como profissional e como pessoa, cidadã, indignada com a problemática que envolvia crianças e adolescentes. À época, da formação no Mestrado, resultou uma pesquisa inserida na realidade social, vivenciada durante a experiência profissional em programa governamental. Ou seja, a aproximação com a problemática, a escolha do tema e a definição do objeto de estudo ocorreram em consequência de um processo de enfrentamento da realidade social.

Desde então, outras formas de inserção têm sido gestadas, desencadeando sucessivos momentos de aproximações, de indagações e de descobertas. A pesquisa decorrente do Mestrado foi decisiva para impulsionar o olhar para os outros sujeitos, não menos vítimas de violência doméstica, no campo familiar – as mulheres.

O estudo trouxe à tona dados significativos do contexto dos atores sociais envolvidos com a violência doméstica na família. Consistiram em evidências que contribuíram para a (re) significação da mulher/mãe, pelo fato de perceber a mulher não como algoz da criança e do adolescente, pela sua omissão ou cumplicidade, mas pela problematização do fenômeno que evidenciou ser a mulher também vítima de uma relação machista, autoritária e violenta. Assim, os resultados da pesquisa citada mostraram que os violentados no grupo familiar não se restringem às crianças e aos adolescentes, sobre os quais recaia unicamente a denúncia feita nas Delegacias de Polícia e cujos fatos registrados no boletim de ocorrência revelavam apenas aqueles sujeitos como vitimizados. Constatou-se que estes sujeitos não estavam sozinhos nessa relação violenta, encontrando-se juntos a mãe e os irmãos. No entanto, a própria mãe registrava apenas a violência ao filho ou à filha, subalternizando-se diante de situações violentas, como revelou esta fala: “*eu não*

*suporto ver meus filhos sob agressão e ameaças [...] eu não suporto mais*". Nestas situações, a violência à criança e ao adolescente foi significativa para que a mãe buscasse romper com aquela dinâmica da família. A pesquisa trouxe à tona sentimentos como medo, vergonha e culpa, que acompanhavam as trajetórias de vida das crianças e adolescente, mas também das mulheres e que, diante da perspectiva de apoio da polícia, projetavam novas perspectivas de vida sem a violência, junto aos seus filhos, como mostra esta fala: *"eu não sabia o que fazer [...] resolvi contar [...] agora, quero trabalhar [...] e viver minha vida com meus filhos sossegada"*.

Para a pesquisadora estes foram dados interessantes e significativos para a tomada de decisão quanto à temática e aos sujeitos da pesquisa no doutorado. Os dados afirmaram a submissão da mulher-criança e da mulher-adulta à vontade do homem. Neste sentido, a categoria gênero é fundamental à compreensão desses aspectos. Associada à discussão de gênero está o fenômeno da violência, tanto física, sexual ou psicológica, apresentar-se ainda como uma ação de intramuros familiares, ou seja, de domínio privado.

A pesquisa revelou, também, que, embora a submissão e aparente passividade das mães, elas não aceitavam a violência, mas, no entanto, achavam-se incapazes de uma ação que expusesse o ocorrido. Quando denunciavam, tornando a violência de domínio público, as mães ficavam inseguras, pouco acreditando nessa sua decisão. É como se não fizesse parte de sua tomada de consciência sobre a questão. Estas descobertas foram instigantes, fazendo com que pesquisar o fenômeno da violência doméstica infanto-juvenil tornasse-se numa experiência gratificante.

O desafio de desvendar este fenômeno levou a pesquisadora a voltar-se à mulher. A pesquisa, nesta tese de doutorado, mostrou-se tão instigante e desafiadora quanto à anterior, citada em fragmentos acima, por ser a violência doméstica, na esfera familiar, pela própria natureza, complexa. Assim, a escolha do tema remete a categorias teóricas fundantes da problematização do objeto da pesquisa como: a triangulação violência, poder e gênero; violência doméstica na esfera familiar em relação à mulher e violência conjugal.

Assim, sentindo-se instigada a ampliar o conhecimento através dos estudos de doutorado, direcionou-se o objeto de pesquisa, alargando a construção investigativa, para um dos equipamentos sociais da rede de proteção social voltada

à mulher em situação de violência doméstica, na esfera familiar: as casas-abrigo existentes no estado do Rio Grande do Sul. Por que este campo temático? Quais os objetivos de tal estudo?

Primeiro, os relatos das mulheres, mães das crianças maltratadas (pesquisa citada anteriormente), mostravam que o não denunciar carregava muitos fatores intervenientes, dentre eles, o não ter um lugar para irem. Muitas relataram que precisariam, caso resolvessem “fugir”, de um local seguro onde o marido ou companheiro não as encontrasse.

Segundo, este lugar seguro referia-se a abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e, esta pesquisadora, como professora/supervisora acadêmica de alunos em estágios curriculares obrigatórios, discutia frequentemente esta temática. Neste contexto, descortinava-se um cenário de precariedade em relação à existência deste tipo de equipamento social no estado do Rio Grande do Sul. À época (2005/2006) três casas-abrigo eram conhecidas. Ao mesmo tempo, literatura em relação a essas também era escassa, principalmente, tratando-se de pesquisa acadêmica. Em 2005, tomou-se conhecimento de uma tese, defendida na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que tratava sobre a temática das casas-abrigo no Brasil, cuja busca desse material (original e publicado), intensificou a elaboração do projeto de tese desta pesquisadora.

Rocha (2005, 2007) teve como objetivo avaliar o processo de implementação das casas-abrigo, com base no Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual. A autora usou cinco casas-abrigo criadas no Brasil, como amostragem, sendo uma delas a primeira casa-abrigo inaugurada no estado do Rio Grande do Sul.

Contudo, permaneceu a interrogação: qual é a contribuição destas casas-abrigo para as mulheres usuárias? Tornava-se relevante desvendar a percepção dos agentes envolvidos com este equipamento social, mas não somente das mulheres abrigadas. Seria necessário ouvir outros agentes: equipe técnica, gestores e funcionários destas casas-abrigo, pois se entende que todos são atores fundamentais no processo de qualificação deste mecanismo institucional de proteção às mulheres. Tomou-se, então, como referência principal o Termo de Referência para Projetos de Apoio à Criação de Casas Abrigo (Anexo 1), estabelecido em 2004, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão vinculado à Presidência da República. Este Termo fornece orientações

e apresenta concepções básicas para projetos de construção e implementação de casas-abrigo para mulheres em situação de violência. Tomando como base este documento, que tem como pressupostos básicos “o caráter sigiloso da casa-abrigo, a moradia protegida e o atendimento integral a mulher em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica” (TERMO..., 2004), presumiu-se que este equipamento social, efetivamente, protege as mulheres que se encontram em situações-limite de vida.

Portanto, as casas-abrigo configuram-se como importante equipamento social de enfrentamento à violência doméstica em relação à mulher. Contudo, questionava-se a efetividade das casas-abrigo quanto à ruptura da violência doméstica no âmbito familiar. Entendia-se que há fatores intervenientes no rompimento com esta violência. Estes fatores referem-se às mulheres, quanto a sua subjetividade e sua cultura do ser mulher, e quanto a sua situação concreta de vida. Ainda, pensava-se que os processos institucionais e profissionais, na atualidade, são permeados de fragilidades, significando limites à contribuição para a ruptura da violência.

Não obstante, presumia-se que as casas-abrigo buscavam atender, integral e interdisciplinarmente às mulheres e suas filhas e/ou filhos, no sentido de oferecer-lhes, além de segurança, ajuda em relação à inserção social, como trata o Termo de Referência. Muito embora estes esforços pensava-se que a vulnerabilidade social das mulheres abrigadas significava um grande desafio para as casas-abrigo, quanto à finalidade para a qual foram criadas.

Em síntese, a contribuição das casas-abrigo é efetiva, porém, este mecanismo de proteção ainda não é capaz de provocar a ruptura com a violência doméstica, de forma mais intensa e eficaz. Investigar a forma de contribuição destas casas-abrigo para o enfrentamento da violência doméstica e familiar levou a resultados, os quais puderam ratificar, retificar e ampliar os pressupostos desta pesquisa. Este foi o objetivo desta pesquisa. Como objetivos específicos do presente estudo têm-se:

- Identificar a percepção das mulheres, das (dos) gestoras (es), da equipe técnica e das (os) funcionárias (os) das casas-abrigo sobre a contribuição e o significado desses equipamentos sociais no enfrentamento da violência doméstica, na esfera familiar;

- identificar a ação desenvolvida pela (o) gestora (o), pela equipe técnica e pelas (os) funcionárias (os) das casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica, na esfera familiar;
- analisar os limites e possibilidades das casas-abrigo no enfrentamento da violência doméstica, na esfera familiar, em relação à mulher.

Estudar este fenômeno pode parecer uma árdua tarefa, apresentando sentimentos ambivalentes, ora de entusiasmos, ora de resistência e, respectivamente, com desejo de continuar e de parar. Mas, ao sabor das descobertas, foi-se vencendo as resistências e impulsionando o continuar.

É um mundo que se desvenda diante da pesquisadora e da profissional. Vale lembrar que as pesquisas existentes não se tornaram exaustivas, nem conclusivas, nem são tão amplas e críticas o suficiente para desvendar o fenômeno na sua totalidade. Ainda mais que se trata de um fenômeno estudado pela comunidade científica há poucas décadas. É inconsequente dizer que as diversas áreas do conhecimento detêm saberes plenos sobre a violência doméstica na esfera familiar, especialmente em relação à violência contra a mulher.

Durante as entrevistas para a realização desta pesquisa, alguns dilemas se apresentavam. Um deles foi o ético pela preocupação em não revitimizar a mulher. Muitas vezes, ocorria a pergunta se não se estava objetalizando aquela mulher. Neste estudo, a identidade dos sujeitos foi preservada, assim como a das casas-abrigo, compromisso assumido e revelado a eles pela apresentação do Termo de Consentimento Livre, Informado e Esclarecido (Apêndice A), o qual foi assinado pelas participantes da pesquisa.

A saída para esse dilema é, sem dúvida, acreditar que é necessário construir o processo de conhecimento sobre o fenômeno. E, mais, envolver nesta construção outros atores sociais, numa teia de relações interdisciplinares, na qual o percebido como vitimizado é, na verdade, o sujeito de sua história. Portanto, sendo capaz e possível de romper com o cotidiano de violência. Entende-se que esse compromisso ético e social passa a ser assumido por quem deseja pertencer e construir uma sociedade justa e igualitária, por quem não quer ter a vista cansada pela indiferença.

Para melhor compreensão dos propósitos desta tese, organizou-se em (4) quatro capítulos, a saber: no primeiro capítulo enfoca-se a temática da violência doméstica, na esfera familiar, em relação à mulher, tendo como referência as categorias violência, poder e gênero. A partir desta fundamentação, ressalta-se a

violência conjugal. No segundo capítulo, aborda-se a casa-abrigo enquanto equipamento social relevante no enfrentamento da violência doméstica às mulheres, trazendo à discussão o movimento feminista, o papel do Estado e o lugar das políticas públicas na rede de proteção à mulher, bem como os novos atores desta teia após a Constituição Federal de 1988, além de outros diplomas legais como as Leis 9.099/95 e 11.340, esta chamada de Lei Maria da Penha, fundamentais na defesa e garantia dos direitos das mulheres. No terceiro capítulo, descreve-se o processo de construção do conhecimento ensejado nesta pesquisa, mostrando-se o método, as etapas e os procedimentos investigativos. No quarto capítulo, apresentam-se os resultados da análise dos dados. Por fim, tecem-se considerações na tentativa de sistematizar e ressaltar aspectos importantes da investigação, a partir dos pressupostos da pesquisa. Discute-se, também, sobre a contribuição do Serviço Social, enquanto área de conhecimento envolvida com o desafio do enfrentamento da violência doméstica em relação à mulher.

## **CONCLUSÕES**

A década de 1980 (século XX) representa um marco no surgimento de pesquisas e na atenção ao fenômeno da violência doméstica, por parte de profissionais e de instituições. A partir dos anos de 1990 (século XX), a realidade vem a exigir um olhar mais atento às manifestações cotidianas da ordem social, econômica, política e cultural pelo seu conteúdo conservador no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. O panorama internacional e nacional tem a marca da precarização das relações e condições de trabalho, do desemprego e da pobreza. No Brasil sente-se mais agudamente este processo, devido à situação de exclusão social na qual vive grande parte da população. No nível político, a fragilização das práticas organizativas faz-se visível nas lutas restritas à preservação do espaço já conquistado e ameaçado pelas reformas neoliberais.

O fenômeno da acumulação capitalista, bem como o da má distribuição de renda estimula diferentes formas de violência, que atinge mais intensamente grupos vulneráveis como crianças, idosos (as) e mulheres. Portanto há, em nível social, a

produção de diferentes formas de exclusão social e banalização da violência no cotidiano por diferentes segmentos da população.

A intensificação da questão social, após a crise econômica de 1929 e o desenvolvimento do capitalismo monopolista, determina novas relações entre capital e trabalho e entre estes e Estado. Neste sentido, o Estado passa a ter poderes políticos de interferência nas relações sociais. Decorre daí a política social, entendida como estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social.

O processo de formulação de uma política social envolve a identificação dos diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública. Pode-se compreender os movimentos da sociedade civil e do Estado no campo das políticas sociais. As ações na área social têm sido organizadas em sistemas descentralizados e participativos, constituídos por órgãos da administração pública, gestores, conselhos, entidades e organizações prestadoras de serviços.

Quanto à violência doméstica, na esfera familiar, atinge sobremaneira não só as pessoas diretamente envolvidas, mas também todas as que estão em torno delas e, por isto, são igualmente afetadas pela situação. É preciso sair de um olhar dicotômico – autor da agressão/vítima – para uma posição mais englobadora e dinâmica que privilegia todas as relações presentes dentro de um sistema familiar, vinculando-o às relações sociais mais amplas.

Nesse sentido, o processo de enfrentamento e combate à violência doméstica, na esfera familiar, em especial, adotando-se a perspectiva de gênero, perpassa a desconstrução ou destradicionalização das masculinidades sexistas. Trata-se de reinventar masculinidades, através de experiências sensíveis e alternativas de vivência do masculino, seja no plano identitário ou cultural, de desmistificação da dualidade redutora: algoz e vítima; agressor ativo e vítima passiva. O fundamental é manter a perspectiva plural e flexível, pois se impõe um olhar voltado para a pluralidade de formas pelas quais o fenômeno da violência doméstica manifesta-se, seus diferentes tipos de expressão dentro de contextos familiares diversos e mecanismos de enfrentamento.

Neste sentido, vale lembrar que a influência direta sobre o bem-estar feminino do enfoque da condição de agente das mulheres é mais amplo que o alcance somente no âmbito doméstico. O fortalecimento das mulheres atinge outros

segmentos populacionais e outros aspectos da vida social, como meio ambiente, economia, cultura, política, entre outros.

A situação da mulher progrediu nestes e em outros importantes campos da vida humana, desde a última metade do século XX. Entretanto, os avanços têm sido irregulares, dadas às desigualdades entre homens e mulheres, que ainda continuam e oferecem obstáculos ao desenvolvimento em todos os setores da vida social, acarretando sérias consequências sobre o bem-estar de todos.

As mulheres têm sido protagonistas de lutas e conquistas, historicamente, em busca da igualdade de direitos, de oportunidades e de acesso aos recursos, da divisão equitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e da consolidação da democracia. A superação da separação entre o privado e o público inclui o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e credo. Contribui para a satisfação das necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais de homens e mulheres, individual ou coletivamente, em busca da garantia da possibilidade de realização plena de suas potencialidades na sociedade e na construção de suas vidas de acordo com suas próprias aspirações. A capacitação da mulher e sua total participação em todos os âmbitos sociais, em base igualitária, incluem a participação no processo decisório e no acesso ao poder. São elementos fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz.

Compreender esse processo exige investigação, que é, sem dúvida, sempre um desafio a solicitar disposição, capacitação, habilidade de quem o faz. Conhecer a situação de violência doméstica, em sua totalidade, vai demandar preparo teórico-metodológico e postura ético-política.

À medida que há a interação com o mundo vivido pela população usuária, novos e constantes desafios são postos pela sociedade e pela realidade histórica, estrutural e conjuntural. O saber que, ao mesmo tempo, deriva e informa este mundo, é gestado no processo de comunicação. É através da fala que o profissional aproxima-se da população, que reifica a ação cotidiana e possibilita a emancipação.

Esses são princípios essenciais para a realização de uma investigação, pois revelam o comprometimento com o fenômeno a ser pesquisado. O envolvimento expressa o grau de implicação com a temática. Dessa maneira, o campo de investigação das ciências humanas e sociais é a realidade, seja como acontecimento passado, ou situações do presente ou poderá vir a ser. É sobre essa realidade que a compreensão e a interpretação precisam ser construídas. Para isso,

o processo de construção e reconstrução de conceitos e práticas, na perspectiva da investigação, deve considerar os resultados alcançados como provisórios, ou seja, a eles vão sendo incorporadas novas reflexões, que permitem ampliar o horizonte do conhecimento e a capacidade de interpretação da realidade. Este é um movimento dinâmico e permanente, tal qual o é a realidade dos sujeitos envolvidos com a violência doméstica.

Enfocar as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica, na esfera familiar, como objeto deste estudo, a partir de determinados objetivos (capítulo 3) evidenciou, de acordo com os pressupostos que:

#### *PRESSUPOSTO 1*

As casas-abrigo configuram-se como importante equipamento social de enfrentamento à violência doméstica em relação à mulher, embora ainda apresentem fragilidades nos seus processos institucionais e profissionais, representando limites à contribuição para a ruptura da violência.

As casas-abrigo são, de fato, instituições que servem como referência em situações-limites, representando um refúgio necessário quando a vida das mulheres encontra-se em risco iminente. Para as mulheres, as casas-abrigo têm esta representação, enquanto que para a equipe técnica, representam uma âncora do trabalho a ser desenvolvido. Algumas profissionais, que já trabalhavam com mulheres vitimizadas, anteriormente à abertura de casas-abrigo no município, narraram situações nas quais os processos interventivos, em caráter de atendimento imediato, tornaram-se pouco eficazes pelo fato da inexistência de um lugar seguro, de proteção a essas mulheres.

Contudo, as casas-abrigo, como eficaz mecanismo de proteção, fundamental no enfrentamento da violência doméstica, representam fragilidades nos seus processos institucionais e profissionais, representando limites à contribuição para a ruptura da violência, segundo a **percepção dos sujeitos pesquisados**. Estes mostram estas fragilidades nos demais pressupostos da pesquisa.

#### *PRESSUPOSTO 2*

As casas-abrigo apresentam benefícios às mulheres violentadas, estes agrupados em: a) oferta de segurança, de forma imediata, em situação de risco iminente; b) oportuniza à mulher reorganizar-se pessoal e socialmente sem a violência; c) possibilita a recuperação psicossocial frente aos danos e traumas da violência; d) oportuniza troca de experiências com outras mulheres com vivências similares.

Desde a acolhida até o desligamento e o acompanhamento temporário, após saída da mulher, **o trabalho desenvolvido pela equipe técnica, pela gestora e demais funcionárias**, reúne esforços para garantir proteção e atendimento às necessidades manifestas e descobertas, numa perspectiva de liberdade e de autonomia. Como importante instrumento de trabalho, o acolhimento, com base na escuta sensível, mostrou-se significativo enquanto contribuição às mulheres para refletirem sobre sua situação. O período de afastamento da mulher de sua vida cotidiana, a qual estava permeada de violência, possibilitou tomada de decisões, enxergar-se como sujeito de direitos. O trabalho desenvolvido envolveu desde estas subjetividades, quanto a concretude da vida material, uma vez que as mulheres chegam às casas-abrigo fragilizadas, logo, evidenciando suas vulnerabilidades, o que, em muitas vezes, interfere na ruptura com a violência doméstica.

Estes fatores limitam e põem em risco a efetividade dos processos interventivos profissionais, principalmente, se associados a fatores externos como a precariedade da rede social, especialmente no tocante à intersetorialidade. Outros elementos importantes no enfrentamento da violência doméstica são as condições deste trabalho, tanto internas, quanto externas que interferem no alcance dos objetivos e finalidade das casas-abrigo. Neste estudo encontraram-se equipes técnicas com diferentes composições, nem sempre com profissionais necessários em número e em formação, profissionais voluntárias, ou dividindo carga horária com outros serviços da mesma política social, atendendo às mulheres apenas quando chamadas pela coordenação do serviço, muito embora, mostrando-se interessadas por esse campo de atuação.

### *PRESSUPOSTO 3*

Os objetivos, os pressupostos metodológicos e as estratégias de ação das casas-abrigo apresentam-se vulneráveis quanto ao atendimento das demandas das mulheres usuárias, tendo elas que permanecer além do tempo requisitado.

A pesquisa evidenciou que as mulheres não permanecem tempo maior que três meses. Esta duração do abrigo foi encontrada em todas as casas-abrigo, como norma, entre outras, muito embora, em alguns abrigos, cada situação é estudada em situações de desligamento da mulher pelo tempo decorrido de abrigo. Verificou-se que a proximidade do desligamento causa ansiedade nas usuárias, especialmente, quando elas ainda não possuem um lugar para morar, muitas vezes, com os filhos. Portanto, a vulnerabilidade social das mulheres aliada à precariedade das políticas sociais públicas na maior parte dos municípios, principalmente quanto à necessidade habitacional, contribuem para **a fragilidade do serviço no tocante aos objetivos e metodologias empregadas.**

As histórias de vida das mulheres abrigadas, permeadas por violências, na maioria das vezes perdurando por mais de dez anos, confrontadas com uma nova realidade, de segurança, traz uma expectativa de mudança, de uma nova vida, agora sem violência. Estas experiências reveladas, tendo a casa-abrigo como cenário principal, são reafirmadas pelas profissionais que atuam nestes espaços institucionais e pelas gestoras, responsáveis pela coordenação administrativa, técnica e pedagógica do serviço. Compartilham da experiência também funcionárias como cozinheira, auxiliar de enfermagem, zeladora, que enfatizam situações concretas e subjetivas das mulheres abrigadas.

Assim, o profissional que não for capaz de captar essa realidade, nos seus aspectos aparentes e latentes, muito provavelmente estará imobilizado para contribuir na reconstrução das vidas dos sujeitos vitimizados. Não se quer afirmar que é um processo simplificado de atuar na realidade da violência doméstica. Porém, ser competente para investigar, mediante os recortes que se efetua da realidade, de forma a qualificar os dados colhidos das situações que se apresentam, requer romper com paradigmas, exigindo compromisso e envolvimento. Significa ir além dos fatos constituídos, superar práticas mecanicamente conduzidas, repetitivas e burocráticas.

A pesquisa qualitativa assume importância pelo fato de capturar o significado dos fenômenos a partir dos próprios sujeitos, trazendo à tona suas percepções e

ações. A pesquisa, com tal proposta, subsidia os processos de prevenção e intervenção, assim como a formulação e avaliação de políticas e programas sociais. Enfim, contribui para a criação e fortalecimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento deste grave problema social, que é a violência doméstica, na esfera familiar, contra a mulher.

Em sociedades contraditórias, debate-se, contemporaneamente, a expansão de domínios da violência, de modo paradoxal com a expansão dos direitos humanos e sociais. É fundamental a defesa dos direitos humanos e o reconhecimento do sujeito de direitos em todas as relações sociais. Implica no reconhecimento das mulheres como seres capazes de resistir, de superar, de serem protagonistas de suas histórias. Não obstante, provoca o refletir sobre o Estado, no desenvolvimento de seu papel de proteção. Esta defesa de direitos deverá traduzir-se numa rede articulada de garantias efetivas, de responsabilização do Estado, família e sociedade, de prestação de serviços e prevenção.

Numa perspectiva preventiva e de atendimento é preciso valorizar, sensibilizar, defender a identidade, a dignidade, a autonomia e a igualdade da mulher na família, no trabalho e na sociedade. A luta pela erradicação das violências de gênero depende de uma complexidade de fatores, de efetivas políticas públicas, trabalho de prevenção quanto à educação sexista, sistema integral de proteção e promoção aos direitos humanos das mulheres e, em especial, a mudança cultural. Deseja-se uma sociedade com instituições mais democráticas e participativas, que privilegiem a construção de sujeitos autônomos e livres, capazes de fazer suas escolhas baseadas na solidariedade e no respeito e, principalmente, sem violências. Reverter a lógica da violência faz parte do compromisso ético-político, buscando ações concretas que visem o resgate da cidadania, com políticas públicas efetivas e o protagonismo das mulheres.

Chega-se ao final desta tese, enfatizando os ricos depoimentos que serviram para refletir e analisar o objeto desta pesquisa e, assim, chegar a conclusões acerca do significado e da contribuição das casas-abrigo, criadas para acolher mulheres submetidas a situações-limites em suas vidas. Estas experiências mostraram duras realidades, contraditórias e repletas de sentimentos, de ações, ora de conformismo, ora de resistências, resultando em esforços, em buscas de superação, de rupturas, de descobertas e de novas possibilidades pessoais e cotidianas na reorganização das vidas das mulheres fora das casas-abrigo.

Torna-se fundamental visibilizar o Serviço Social, nesta área de atuação, mesmo que o objeto do presente estudo seja interdisciplinar. Ao falar-se em direitos humanos, em fortalecimento das políticas públicas e no protagonismo das mulheres está-se no campo de atuação, especialmente, ético-político do Serviço Social. Para tal, retoma-se a discussão, mesmo brevemente, sobre o projeto ético-político do Serviço Social, o qual centraliza na perspectivas dos direitos. Assim, intervir profissionalmente em processos sociais e institucionais no enfrentamento da violência doméstica, significa materializar a ética que compromete assistentes sociais na luta por direitos sociais na perspectiva de uma sociedade emancipada, portanto, com sujeitos livres e autônomos.

Sabe-se que, no contexto atual, estrutural e conjuntural, esse compromisso representa um grande desafio. No entanto, enfrentá-lo requer, por parte dos assistentes sociais, permanente resistência contra a banalização da violência, contra a barbarização da vida social e interpessoal e, exige, ao mesmo tempo, capacitação continuada. Neste aspecto, tratando-se de um campo de atuação, cuja perspectiva é a de gênero, pensa-se como fundamental privilegiar esta categoria na formação e no exercício profissional. Efetivar esta vinculação significa estrategicamente central na concretização do projeto ético-político do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ALMEIDA, Sônia Maria A. F. **O desvendar da violência doméstica infanto-juvenil**: um desafio para a sociedade. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 1999.

ALMEIDA, Suely S. de. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

\_\_\_\_\_. **Violência doméstica**: na fronteira entre o público e o privado. Rio de Janeiro, 1997. Polígrafo do Curso de Extensão sobre Violência Doméstica realizado pela PUCRJ.

\_\_\_\_\_; SOARES, Bárbara M.; GASPARY, Marisa (Org.). **Violência doméstica**: bases para formulação de políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, Revinter, 2003. p.13-25.

\_\_\_\_\_. Violência urbana e constituição de sujeitos políticos. In: PEREIRA, Carlos Alberto M.; RONDELLI, Karl Erik S.; HERSCMANN, Micael (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 97-112.

ALMEIDA, Suely S. de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMARAL, Ângela Santana do. A categoria Sociedade Civil na tradição liberal e marxista. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. p. 58-92.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Humanitas, 1972.

ARMANI, Domingos. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. **Humanas**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, v. 16, n.1, p. 56- 70, jan./jun. 1993.

AS MULHERES e os direitos humanos. Disponível em: <<http://www.http://200.130.7.5/spm/docs/InformativoDireitosHumanos.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**: relações entre homens e mulheres. Tradução de: Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BANCO MUNDIAL E DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Dados sobre o custo social e econômico da violência doméstica**. Disponível em: <<http://www.iadb.org/sds/doc/1073eng.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2006.

BARBIER, René. **Escuta sensível na formação de profissionais de saúde**. Conferência na Escola Superior de Ciências da Saúde – FEPECS – SES-GDF Disponível em: <<http://www.barbier-rd.nom.fr/http://www.saude.df.gov.br/FEPECS>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.189-217.

\_\_\_\_\_; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 39-63.

\_\_\_\_\_; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.21- 36.

BERGER, P. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BITENCOURT, Henrique Vicente de. **Corpo de mulher: uma história de sedução e violência**. Santa Catarina: Papervest, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito**. Sextante: Rio de Janeiro, 2000.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

BONETTI, Dilsea A. et al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de rede intersetorial**. 2001. Artigo científico. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. LEI MARIA DA PENHA. **Lei n. 11.340/06**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

BRIGADIANA é subcomandante. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p. 8, mar. 2006.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, p. 5-21, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jaques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: pólos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CADOICHE, Sara N. **Violência familiar**. Buenos Aires: Rubinzal, 2002.

CANÔAS, Cilene S. **O Olhar feminino sobre 2010**. São Paulo: Texto novo, 1997.

CARRASCO, Leanira Kesseli. **A mulher vítima de violência conjugal**: uma perspectiva transgeracional. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CASAS-ABRIGO. Disponível em: <<http://www.reapnimprensa.blgspot.com/2008/05/sem-casa-abrigo-algumas-mulheres.html>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luiz Carlos B.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p. 147-171.

CASTILLO-RUIZ, Paz et al. **Refúgio para mujeres em situación de violência domestica**. New York. Banco Interamericano de Desarrollo, 2001. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd66/VDSRefMujeresSituacaoViolenciaDomestica.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Americana, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CLADEM. **Comitê Latino-Americano e do Caribe para defesa dos direitos da Mulher**. Disponível em: <<http://www.cladem.org>>. Acesso em: 9 mar. 2010.

COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE. **Projeto 25 anos**: 25 anos de luta contra a violência contra as mulheres no Brasil: alcances e limites. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/violencia/projeto25.html>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Org.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p.13-38.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **IV Conferência Mundial sobre a mulher**. Realizada em Pequim, 1995. ONU/Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Convenção de Belém do Pará**. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

CORSI, Jorge et al (Org.). **Violencia masculina en la pareja**: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires: Paidós, 1995.

COSTA, Ana Alice A; SARDENBERG, Cecília M. B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. (Org.). **Mulheres e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994. v. 1, p. 81-113.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.145-165, 1997.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRÉMIEU, Aurine; JULLIEN, Hélène. **Mulheres livres**: 14 histórias de luta e resistência ao redor do mundo. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, Alysson et al (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.11-25.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 3. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-15.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279- 301.

DAGORD, Ana Lúcia de Leão. **Viva Maria**: dez anos. 2003. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DAZA, G.; ZULETA, M. **Maquinaciones sutiles de la violencia**. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre, 1997.

DECLARAÇÃO DE ANTIGUA CONTRA A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO. 2003. Disponível em: <[http://www.ipas.org.br/conferencias\\_declaracao.html](http://www.ipas.org.br/conferencias_declaracao.html)>. Acesso em: 24 jul. 2006.

DESIGUALDADES dos gêneros, o declínio do patriarcalismo e as discriminações positivas. Disponível em: <<http://www.gontijo-familia.adv.br/tex151.htm>>. Acesso em: 14 set. 2005.

DIAS, Maria Berenice. A violência doméstica na justiça. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas críticas**: mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. p. 149-156.

DOBASH, R. Emerson; DOBASH, Russell P. **Women, violence e social change**. Tradução de Daline S. Adamy. New York: Routledge, 1992, p. 60-98.

DOHMEN, Mónica Liliana. Perfil del hombre golpeador. In: CORSI, Jorge et al (Org.). **Violencia masculina en la pareja**: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires: Paidós, 1995, p. 43-130.

DRAIBE, Sônia M. **Brasil**: o sistema de proteção social e suas transformações recentes. Santiago do Chile: CEPAL, 1993.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. p. 225-255.

EGGERT, Edla. **Narrar processos**: tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação. Florianópolis: Mulheres, 2009.

ESMERALDO, Gema Galgani S.L.; SAID, Magnólia Azevedo. O Conselho Cearense de Direitos da Mulher/CCDM – espaço de interlocução entre as demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 229- 277.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). **Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção**. Brasília: [S.n.], 1998.

FALEIROS, Vicente Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

FARIAS et al. Acolhimento: princípios, meios e fins – o uso da ferramenta do acolhimento como instrumento para a prática integral, equitativa, universal e humanizada em Saúde. In: CASTRO, Janice; MEDEIROS, José Eri de. **Semente do SUS**. Curso de Especialização em Saúde da Família e da comunidade. São Leopoldo: UNISINOS, 2006. p.123-142.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **A virtude da força nas práticas interdisciplinares**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.114-136.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20. ed. São Paulo: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade saber. 16. ed. São Paulo: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 10. ed. São Paulo: Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. 7. ed., São Paulo: Graal, 2002.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise do conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2007. v. 6.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 1 jun. 2008.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (UNIFEM). Disponível em: <<http://www.unifem.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALTUNG, J. **Sobre la paz**. Barcelona: Fontamara, 1985.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 64-89.

\_\_\_\_\_; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 470-490.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.17-36.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (Questões da nossa época, v.123).

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_; TOSCANO, Moema. **A Revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMES, Janete Alves. **Mulheres e justiça criminal: vozes (des)consideradas e experiências vivenciadas: as usuárias da casa-abrigo do ABC (2001-2004)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMEZ-JARABO, G. **Violencia - Antíteses de La Agresión: un recorrido psicobiológico, psicosocial y psicopatológico para llegar a la justicia**. Valencia: Promolibro, 1999.

GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, G. C. **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Violência contra a mulher na esfera doméstica: rompendo o silêncio**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1994.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Sônia; TAVARES, Fabrício. **Violência de gênero: em busca do fortalecimento de mulheres**. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). **Rotas críticas: mulheres enfrentando a violência**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. p. 71-81.

GUERRA, Maria Amélia Azevedo; AZEVEDO, Viviane Nogueira de (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome de o pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

GUIA DE DEFESA. **Orientação e Apoio para as Mulheres da Maré. Tecendo uma rede de solidariedade**. Elaborado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro e CEPIA Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Rio de Janeiro: CEPIA, 2007. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/doc/defesa07.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2009.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850 - 1940**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HERMANN, Leda Maria. **Violência doméstica e os juizados especiais criminais**. 2. ed. Campinas, SP: Servanda, 2004.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBAM. **Tendências para alcançar Igualdade de gênero e o avanço das mulheres.** Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/viomulher/legis51.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2006.

INOJOSA, Rose Marie. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade.** Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad22/dados/Inojosa.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2006 e 28 maio 2010.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Portal violência contra a mulher, 2004.** <<http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=527>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** 4. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LEAL, Maria Lúcia P. A construção teórica sobre violência sexual. In: CEDECA. Marcos Passerini (Org.). **Rompendo o silêncio.** São Luis: Promotoria Geral da Justiça, 1997. Polígrafo.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética.** Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado.** Barcelona: Critica, 1990.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: 34 Letras, 1994.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise argumentativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual**

prático. Tradução de: Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.218-243.

LORENCINI, Beatriz D. B.; FERRARI, Dalka C. de A.; GARCIA, Márcia Rosana C. Conceito de redes. In: FERRARI, Dalka C. de A; VECINA, Tereza C.C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p. 298-303.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: Annablume, 1995. p. 59-96.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MELO, Hildete P. de; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. v. 5, p.115-136.

MÉNDEZ, Luis Bonino. Develando los micromachismos em la vida conyugal. In: CORSI, Jorge et al (Org.). **Violencia masculina en la pareja: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención**. Buenos Aires:Paidós, 1995. p.191-208.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde/Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, 2006.

MILLER, Susan M. **Feridas invisíveis**: abuso não - físico contra as mulheres. São Paulo: Summus, 1999.

MISSE, Michel. Dizer a violência. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 165-166, jul./dez. 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Impactos teóricos dos feminismos do século XX. In: SILVA, Josué Pereira da (Org.). **Por uma sociologia do Século XX**. São Paulo: Annablume, 2007, p.121 a 130

MORRISON, Andrew R.; BUVINIC, Mayra; SHIFTER, Michael. Violência nas Américas: um plano de ação. In: MORRISON, Andrew R.; BIEHL, Maria Loreto (Org.). **A Família ameaçada**: violência doméstica nas Américas. Tradução de: Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 19-48.

\_\_\_\_\_ ; ORLANDO, Maria Beatriz. Custos sociais e econômicos da violência doméstica: Chile e Nicarágua. In: MORRISON, Andrew R.; BIEHL, Maria Loreto (Org.). **A Família ameaçada**: violência doméstica nas Américas. Tradução de: Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 63-90.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. p. 21-57.

\_\_\_\_\_ ; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. p. 180-198.

MÜLLER, Elisabete Cristina B. **Casa-abrigo e mulheres vítimas de violência conjugal**: uma abordagem interdisciplinar. Dissertação (Mestrado. em Ciências Criminais) - Faculdade de Direito, PUCRS, Porto Alegre, 2004.

NARVAZ, Martha G. **Submissão e resistência**: explodindo o discurso patriarcal da dominação familiar. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

NEGRÃO, Telia. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 215-258.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O FIM do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. Disponível em: <<http://www.linux.ime.usp.br/~marzano/castells/cap4.htm>>. Acesso em: 14 set. 2005.

OLARTE, Efraín G. de e LLOSA, Pilar G. A pobreza pode causar violência doméstica? Algumas respostas de Lima. In: MORRISON, Andrew R.; BIEHL, Maria Loreto (Org.). **A Família ameaçada**: violência doméstica nas Américas. Tradução de: Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 49-61.

OLIVEIRA, R. D. **O Elogio da diferença**: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1979.

OLIVEN, R. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

OLIVIERI, Laura. **A importância histórico-social das Redes**. Manual de Redes Sociais e Internet do Centro de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.cdh.org.br>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Informe Mundial sobre Violência e Saúde**. 2002. Disponível em: <[http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/](http://www.who.int/violence_injury_prevention/)>. Acesso em: 12 jun. 2006.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Agressividade e violência: o normal e o patológico. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 522-543.

PEREIRA, Luiz Carlos B. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos B.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999, p. 67-116.

PEREIRA, Potyara A. P. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências**. Brasília: NEPPS/CEAM/UnB, 1994. Polígrafo de Curso de Extensão Políticas Públicas, UnB.

PETERSEN, Áurea Tomatis. Discutindo o uso da categoria de gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: ROSO, Adriane et al. (Org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 15-39.

\_\_\_\_\_. Homens e mulheres: enfim as desigualdades estão acabando? In: STREY, Marlene Neves (Org.). **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. p.19-28.

PINTO, Carla. Empowerment: uma Prática de Serviço Social. In: BARATA, O. (Coord). **Política Social**. Lisboa: ISCSP, 1988.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. Modelo de Referências Elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão. 2008; Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca/Capa/BCEPesquisaModelos>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

PROJETO DO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/numeroscrise.php>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violências contra a mulher**. Rio Grande Norte: UERN, 2008.

RAUEN, Fábio José. **Roteiro de investigação científica**. Tubarão, SC: UNISUL, 2002.

RAVAZZOLA, Maria Cristina. **Historias infames: los maltratos en la relaciones**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. **Articulação de Mulheres Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/paraiba.html>>. Acesso em: 04 mar. 2006.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Racismo, pobreza e violência**. 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, Lourdes de Maria L. N. **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras, 2007.

ROCHA, Lourdes de Maria L. N. **Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A cidadania e a Mulher**. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

RODRIGUES, Maria Alice. **A Mulher no espaço privado: da incapacidade à igualdade de direitos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ROSANVALLON, P. **La nouvelle question sociale**. Paris: Seuil, 1995. Texto traduzido.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004.

RUFFA, Beatriz. **Mujeres maltratadas**: casas-refugio y sus alternativas. Buenos Aires: SENDA, 1990.

RUFINO, Alzira. **Violência contra a mulher**: uma questão de Saúde Pública. São Paulo: Sub-Regional Brasil da Rede Feminista Latino americana e do Caribe contra a Violência Doméstica, Sexual e Racial, 1997.

SACHS, Ignacy. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz Carlos B.; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p. 197-217.

SADER, Emir. Direitos e esfera pública. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 5-10, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Circuito fechado: abuso sexual incestuoso. In: CLADEM. **Mulheres vigiadas e castigadas**. São Paulo: CLADEM-Brasil, 1997a. p. 271-353.

\_\_\_\_\_. B. Equidade e paridade para obter igualdade. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 63-70, 1997b.

\_\_\_\_\_. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 142-163.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAGOT, Montserrat. Nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina. **IHUon-line**, Revistas do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 255, p. 5-6, 22 abr. 2008.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo Em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 3-12, 2004.

SCHRAIBER, Lília B. et al. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: UNESP, 2005.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.16, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan W. Gênero: **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sepm/publicacoes/publi\\_capacitacao\\_maria\\_penha\\_ms](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/publicacoes/publi_capacitacao_maria_penha_ms)>. Acesso em: 20 maio 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.presidencia.gov.br/spmulheres/ct/livro.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Programa Nacional de Prevenção e Redução da Violência Doméstica e de Gênero, 2003. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

II PNPM. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2008. Disponível em: <<https://www.presidencia.gov.br/spmulheres/ct/livro.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Mota. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-131.

SIMIONATTO, Ivete. Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do “Plano Plurianual”- 2004-2007. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 11-40, 2006.

SOARES, Barbara M. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, Carlos Alberto M.; RONDELLI, Karl Erik S.; HERSCMANN, Micael (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 23-46.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997. v. 5, p.95-114.

SOUZA, Celina. Descentralização, relações intergovernamentais e empowerment dos governos e sociedades locais em contextos de desigualdades. **Humanas**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, v. 16, n.1, jan./jun. de 1993. p. 17- 35.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. ONGs no Brasil: elementos para narrativa política. **Humanas**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, v. 16, n.1, jan./jun. de 1993. p. 36-55.

STREY, Marlene Neves. Será o século XXI o século das mulheres? In: STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora; FENSTERSEIFER, Gilda, WERBA, Graziela (Org.). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. p. 9-18.

STREY, Marlene Neves. Violência de Gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p.13-43.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 105-142.

TELLES, Vera da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed.34, USP, 2001.

TENDÊNCIAS para alcançar igualdade de gênero e o avanço das mulheres. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/viomulher/legis51.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2006.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PROJETOS DE APOIO À CRIAÇÃO DE CASAS ABRIGO, 2004. Disponível em: <<https://www.presidencia.gov.br/spmulheres/ct/livro.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

TEUBAL, Ruth; FUENTES, Edith; PATIÑO, Alicia. Tercer sector. Las vicisitudes de las ONG dedicadas a La violència em la familia. In TEUBAL, Ruth (Org.). **Violencia familiar, trabajo social e instituciones**. Buenos Aires: Paidós, 2001. p.31-111.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

TÜRCK, Maria da Graça M. G. **Rede interna e rede social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

UDE, Walter. Redes sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In: CARVALHO, Alysson et al (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.127-139.

UM GRITO de protesto no Dia da Mulher. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 30, mar. 2006.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p.10-24.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. **As mulheres brasileiras no início do século 21**. Relatório de DH no Brasil-2005. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/portal/modules/article.php>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VINCENT, Isabel. Bertha, **Sophia e Rachel**: a sociedade da verdade e o tráfico das polacas nas Américas. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2006.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/entrevistas/2006/02/17/ult2614u410.jhtm>>. Acesso em 24 jul. 2006.

Dados internacionais de catalogação na publicação - CIP

A 447c

Almeida, Sônia Maria Araújo Figueiredo

Casa-Abrigo para mulheres no Rio Grande do Sul: perspectivas de enfrentamento à violência doméstica na esfera familiar / Sônia Maria Araújo Figueiredo Almeida -- 2010.

200 f.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2010.

“Orientação: Prof<sup>a</sup>. Doutora Patrícia Krieger Grossi”.

1. Casa-Abrigo 2. Violência doméstica 3. Políticas Públicas I. Título.

CDU 343.6-0552

Catálogo na Publicação: Ivone Terezinha Eugênio - CRB-10/1108